

Câmara dos Deputados

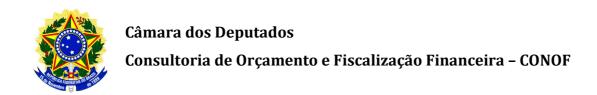
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira - CONOF

INFORMATIVO DE ADEQUAÇÃO À CFT nº 391/2017

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL Nº 7.797 de 2014

		3		
	-	percussão negativa	no âmbito dos orçamentos da União,	estados e
municípios	s?			
	7	⊠ Aumento de des	pesa - 🗵 União 🗌 estados 🔲 municíp	ios
	\boxtimes SIM \longrightarrow	⊠ Diminuição de r	eceita - 🛛 União 🗌 estados 🔲 municí	pios
	□ NÃO			
			tutivo ou emenda que provoque aun a na União, estados e municípios?	nento de
	uespesa ou u	•	spesa. Quais? Emenda da CSSF (não de	ain aumh a
	1		a União de arcar con despesa)	
	⊠ SIM ☐ Implica diminuição de receita. Quais?			
	Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais			ı. Quais?
	□ NÃO			
2. Em caso	-	rmativas às questõe	s do item 1: uprima o aumento de despesa ou dimir	micão de
	receita?	ac aucquação que s	uprima o aumento de despesa ou difini	iuição uc
	☐ SIM (Emer	nda nº)	⊠ NÃO	
		•	com estimativa do impacto orçame	
	financeiro no es subsequentes?	xercício em que so	eus efeitos devam entrar em vigor e	nos dois
	subsequentes:	□ SIM	⊠ NÃO	
	2.3 A estimative			Poderes
	2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se			
	acompanhada d	as premissas e meto	odologia de cálculo utilizadas?	
		\square SIM	⊠ NÃO	
	2.3. Foi indicad proposta?	la a compensação	com vistas a manter a neutralidade	fiscal da
		\square SIM	⊠ NÃO	
	_	onstitucionais, lega ria e financeira for	ais e regimentais relacionadas à adec am atendidas¹?	ąuação e
_	-	\square SIM	⊠ NÃO	
	3.1. Se não, rela	cionar dispositivo	infringido: ADCT: art. 113; LRF: arts.	14, 16 e
			17; LDO 2017: art. 117; e	Súmula
			1/08-CFT	

¹ Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; art. 113 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2016-2019; arts. 102, 103, 117 e 117 da LDO 2017; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



4. Outras observações:

O PL concede prêmio em dinheiro e auxílio especial mensal aos atletas que representarem o Brasil, em modalidades individuais ou coletivas, nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos organizados pelos Comitês Olímpico e Paralímpico Internacionais, desde que atendidos os requisitos para a concessão, sem, no entanto, estimar o impacto orçamentário e financeiro e indicar compensação para suprir a despesa proposta.

Ademais, a proposição concede benefício de natureza tributária, da qual decorre renúncia de receita, sem a estimativa do impacto acompanhada da memória de cálculo e a correspondente compensação.

Quanto à emenda modificativa aprovada pela CSSF, observa-se que a alteração proposta não desincumbe a União da obrigação de pagamento da nova despesa gerada pela proposição.

Assim, tanto o Projeto de Lei nº 7.797/2014 quanto a Emenda da CSSF mostram-se inadequados e incompatíveis com as normas orçamentárias e financeiras.

Brasília, 27 de setembro de 2017.

Marcos R.R. Mendlovitz Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira